

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2022-12-01

Registo

PT/AMMRA/DD/000004 - Trespado do Alvará em que sua Alteza concedeu edificação e fundação do Convento de Santo António, para se fazer nesta vila de Moura.

Nível de descrição	D
Código de referência	PT/AMMRA/DD/000004
Tipo de título	Formal
Título	Trespado do Alvará em que sua Alteza concedeu edificação e fundação do Convento de Santo António, para se fazer nesta vila de Moura.
Datas de produção	1683-05-08 - 1683-05-08
Dimensão e suporte	3 fls. (310mm x 200mm) - papel
Entidade detentora	Arquivo Municipal de Moura

Âmbito e conteúdo

Segundo relata Frei Manuel de Monforte na sua Crónica da Província da Piedade, já por diversas vezes se havia tentado a fundação de um convento de capuchos na vila de Moura, sem que essa pretensão fosse aceite pelos Prelados daquela Província. D. José de Mello, Arcebispo de Évora, prometera construir o convento em Moura e só o entregar quando estivesse totalmente pronto para ser habitado pelos religiosos. Apesar de toda esta disponibilidade, não obteve a necessária autorização, pelo que optou por construir o convento de religiosos padres carmelitas descalços, em Évora. Uma segunda tentativa, por parte de um nobre natural e morador na vila de Moura foi igualmente recusada. Algum tempo depois, era então Provincial Frei António de Fronteira, foi finalmente aceite uma proposta para ser construído em Moura um convento de capuchos.

A proposta, que fora assinada pela governança da Câmara e pela principal nobreza da vila, propunha para fundadores e padroeiros do novo convento dois irmãos naturais de Portel e na altura residentes em Moura: Pero Ferreira de Morais, familiar do Santo Ofício e António Ferreira de Morais, capitão de Infantaria do Terço de Moura, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo.

Aceite a proposta pelo Prelado da Província, foi necessária uma autorização por parte das comunidades de religiosos que já existiam na vila: padres Carmelitas e Observantes.

A 30 de março de 1683, após petição efetuada por Frei Manuel de Alter, vigário provincial da Província da Piedade, é concedido por alvará real a licença para edificação do Convento. É precisamente essa licença então concedida e registada aos oito dias do mês de Maio do referido ano no livro de Registo de Alvarás e Mercês (1682-1688) da Câmara de Moura, que colocamos agora em destaque.

Concedidas todas as necessárias autorizações para a construção do convento foi necessário escolher o local mais apropriado para a sua implantação. O processo não seria fácil. Os irmãos Morais ofereceram umas casas que possuíam na vila, solução desde logo rejeitada, porque ia contra o princípio dos religiosos provinciais de não construírem os conventos dentro dos povos.

Outra solução recaía sobre uma horta nas proximidades da ermida de São Sebastião. O local foi considerado pouco seguro no caso de haver guerras entre Portugal e Castela e tinha ainda o inconveniente de ficar o convento com a sua cerca situados num plano inferior ao dos muros da Vila, o que estorvava o recato dos religiosos.

A escolha incidiu então sobre uma horta que era dos padroeiros, a que chamavam da Pipa, situada a poente da vila.

A 2 de junho de 1684, foi lançada por Frei Domingos de Gusmão, Arcebispo de Évora, a primeira pedra da nova igreja, com o título e invocação de Santo António. A cerimónia, a que assistiu a população, foi antecedida de uma procissão que partiu da ermida de São Sebastião e seguiu até ao local de implantação do novo convento. Nela participaram, para além dos prelados da província da Piedade e representantes de conventos vizinhos, as duas comunidades de religiosos existentes na vila e o clero das duas igrejas paroquiais de São João e Santo Agostinho.

A construção do novo convento decorreu com normalidade, se excetuarmos alguma falta de cal, porque, como referia Frei Manuel de Monforte, "...no mesmo tempo se fazião de novo as muralhas da Villa, e toda se tomava para esta obra".

Quanto ao local escolhido, frei Manuel de Monforte apontava-lhe algumas virtudes, como o facto de ser varrido pelos ventos de norte e poente, o que poderia contribuir para tornar o local mais sadio. A horta era muito boa, com bastante campo para a cerca e, relatava o referido religioso, "...dentro de si tem uma fonte de água, que não podemos chamar boa, mas he das melhores que tem a terra".

A construção prolongou-se por vários anos, o que não impediu os religiosos da comunidade de se instalarem em Moura, em casas pertencentes aos Padroeiros, sendo o primeiro religioso capucho a chegar a Moura o Irmão Frei António de Coimbra.

Em 1688, morre o mais velho dos padroeiros, Pero Ferreira de Morais e é sepultado na capela da nova igreja, entretanto já construída. O seu irmão continuou as obras do convento, desconhecendo-se a data em que ficaram concluídas. Sabemos apenas que quando Frei Manuel de Monforte escreve a Crónica da Província da Piedade, em 1693, as obras ainda não se encontravam terminadas, pois o mesmo refere que "Acha-se hoje o convento acabado no que toca às paredes, e abóbadas, entende-se agora em o emadeirar, e cobrir, mas a dificuldade com que aquela terra vai à madeira, promete alguma dilação."

O Convento de Santo António da Pipa seria desativado aquando da extinção das ordens religiosas, pelo decreto datado de 28 de Maio de 1834, assinado por Joaquim António de Aguiar.

Ao longo do século XX, as suas instalações foram utilizadas por unidades industriais, com destaque para a Fábrica Noudar, Lda (1941-1973) e para a Fábrica de Conservas Pátria, Lda (1973-2001).

Ao Alvará Real que concede licença para a construção do Convento de Santo António da Pipa, e que agora damos destaque, juntamos duas fotos do referido imóvel.

Âmbito e conteúdo elaborado por Octávio Patrício (CMMRA), com recurso às seguintes fontes e bibliografia:

-Arquivo Municipal de Moura : Livro de registos de Alvarás e Mercês - 1682-1688, f. 16,17 (cota descritiva: CMMRA/A/001/dc00003/cx001)

- MONFORTE, Frei Manuel de, Crónica da Província da Piedade, Primeira Capucha de Toda a Ordem, e Regular Observância de Nosso Padre S. Francisco, Lisboa, 1751

Cota descritiva
Idioma e escrita
Destino final

CMMRA/A/001/dc00003/cx001
Português
Conservação (C)

Nº visualizações

1360